



Os tempos que correm

A permissividade da irresponsabilidade deixa-nos desiludidos; faz-nos baixar os braços. O exemplo vem de cima e de facto não podemos apelar a bons exemplos que tenham vindo de cima, antes pelo contrário. O que confere argumentos ao comum cidadão e às próprias empresas para enganar o fisco e o Estado. Os pouco honestos que ainda existem ou aqueles que não podem fugir pagam impostos. A classe dirigente, ao longo dos anos, tem vindo a gastar sem critérios e sem nos dar explicações e ninguém é responsabilizado pelo sistemático resvalar dos custos e dos prazos em obras públicas.

É um fardo com o qual, inevitavelmente, tenhamos de viver? Ou é apenas um reflexo daquilo que nós somos, logo, daquilo que permitimos?

Um general romano, no século III a.C., em carta endereçada ao imperador, aquando da conquista da Península Ibérica pelos romanos, escreveu: «Há, na parte mais ocidental da Ibéria um povo muito estranho: não se governa nem se deixa governar!»

Em pleno século XXI, aquela constatação

continua a fazer sentido, para mal dos nossos pecados. Venham de lá a senhora Merkel, a Europa e o FMI dizer-nos como nos devemos governar porque somos um caso perdido.

Os partidos, o legislador e os decisores alinham numa lógica de defesa dos seus próprios interesses e dos seus acólitos. As leis cada vez estão mais mal feitas, os remendos são sucessivos, a abundância legislativa não nos dá descanso.

Afinal, somos apenas um país pequeno que deixou de sonhar há muito, com muitos telhados de vidro, que vai repartindo as benesses pelas várias cores políticas como se não houvesse amanhã. O resultado está à vista e não é bonito!

Justificar os gastos

De uma maneira geral, o cidadão comum desconhece em absoluto em que se traduz a prossecução do interesse público, o que acarreta esta permissividade a que vimos assistindo. É sintomático das baixas expectativas que depositamos nos políticos continuar a votar

naqueles que já foram condenados só porque têm obra feita.

Devia ser preocupação dos gestores e dos políticos e, de uma maneira geral, de quem tem competências para decidir de que forma o dinheiro dos contribuintes é gasto, o de gastar o mínimo, com o máximo proveito para os cidadãos, segundo as normas de prudência e rigor que o bom pai de família utiliza da administração do património doméstico.

É que o dinheiro que o Estado gasta sai dos bolsos de todos nós, contribuintes, e, como tal (é bom que saibamos), temos o direito a exigir, em primeiro lugar, onde é gasto e que seja bem gasto.

Note-se que, mesmo quando o Estado transfere dinheiro dos contribuintes para entidades privadas para que realizem tarefas públicas, o dinheiro continua a ser de todos nós e, como tal, tem de ser gerido com critério. Deve ser gasto de acordo com critérios de boa gestão, com respeito pelos princípios da concorrência, transparência e publicidade, observando-se a lei. Mas não é suficiente a conformidade com a lei. De igual modo,

devem ser considerados os critérios da economia, da eficiência e da eficácia, que impõem que na satisfação de uma necessidade colectiva e com impacto social, que deva ser satisfeita, o gasto com o bem ou o serviço para alcançar, fique disponível dentro dos custos e dos prazos previamente fixados, escolhendo os meios menos onerosos para o produzir e tirando deles o máximo rendimento ou produtividade. Isto sim, seria uma gestão criteriosa dos dinheiros públicos. Por isso mesmo, o Estado devia ser obrigado a justificar os gastos que efectuou e se foram observados aqueles critérios supra referidos.

O Estado deve ainda, regularmente, prestar contas da sua gestão, divulgá-la e explicá-la publicamente. Afinal, só com cidadãos bem informados poder-se-á exigir dos seus representantes a prossecução do bem comum e a penalização de quem não cumpra.

E é preciso que o comum dos mortais perceba estes conceitos, que os entenda, para que possa exigir o seu cumprimento. E venha de lá quem nos puder salvar, se ainda for a tempo.